

# ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL COMO FATORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Enoque Barbosa dos Santos<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo mostra que a ética e a responsabilidade social não são meras opções para as empresas de nossa época. A partir de uma análise do caráter histórico da moral, suas origens e a estrutura de seus atos, o autor propõe que a preocupação ética pode ser a salvação do capitalismo como sistema econômico.

**Palavras-chave:** Ética. Moral. Responsabilidade social empresarial. Desenvolvimento humano.

## Abstract

This paper shows that ethics and social responsibility are not mere options for companies nowadays. From an analysis of morality's historical character, its origins and the structure of its actions, the author suggests that ethical concerns may become the salvation of capitalism as an economic system.

**Key Words:** Ethics. Morality. Social responsibility. Human development.

Ao longo da história a ética foi tema presente nas discussões filosóficas. Contudo, seus valores aos poucos foram sendo engolidos ou pisados pelo capitalismo. Para que nos demos conta disso, basta volver o olhar para o início do século XX quando se iniciou a produção industrial em escala que “criou” o *homo faber* da Teoria Clássica da Administração (CARNEIRO, 1995 *apud* MENEGASSO, 1998). A mecanização foi o grande objetivo dessa teoria que tornou o trabalho mais importante que o homem. As críticas a

esse tipo organizacional foram feitas em função de a proposta da Teoria Clássica da Administração tratar a empresa em termos lógicos, formais, rígidos e abstratos, sem considerar o conteúdo psicológico, emocional e social do ser humano.

Em tempos mais modernos, “o poder econômico ganhou o mais alto alcance, fazendo o ser humano voltar-se totalmente para a procura dos meios que possibilitem o crescimento de seu poder econômico” (PASSOS 2004). Assim, o ser humano passou a viver uma grave crise de

---

<sup>2</sup>Enoque Barbosa dos Santos é pós-graduado em contabilidade gerencial pela UFBA e pós-graduando em gestão estratégica de negócios pela Faculdade Adventista de Administração do Nordeste (FAAD): [enoqby@yahoo.com.br](mailto:enoqby@yahoo.com.br).

valores identificada pelo senso comum como falta de decoro, falta de respeito pelo outro e falta de limites. Urge, portanto, uma ampliação da redescoberta da ética para que, na sua prática, seja possível refletir a respeito das bases morais da sociedade atual, estabelecendo valores elevados, isto é, valores que dignifiquem e enobreçam o ser humano.

### **O PROBLEMA DA ÉTICA**

Nas relações entre indivíduos em sociedade surgem problemas e conflitos que são naturais em relacionamentos sociais. Esses problemas sociais não dizem respeito apenas à pessoa que o produz ou provoca, reflete também no outro ator da relação conflituosa, que por sua vez sofre as conseqüências da decisão tomada ou da ação praticada. Em situações de conflito, como a descrita acima, os indivíduos se defrontam com a necessidade de um balizador para guiá-los na escolha do comportamento a ser adotado. Essa guia da qual se fala aqui são as normas que são intimamente aceitas e reconhecidas como obrigatórias pelos indivíduos. “Têm-se de um lado, atos e forma de comportamento dos homens em face de determinados problemas que chamamos morais, e, do outro lado, juízos que aprovam ou desaprovam moralmente os mesmo atos” (SANCHEZ VASQUEZ, 1993).

As duas situações, tanto a dos atos como a dos juízos morais, pressupõem

normas do que se deve fazer: A indagação “devo denunciar meu amigo traidor para o bem da nação?” pressupõe uma norma que diz “os interesses da pátria devem ser postos acima do interesse da amizade” (SANCHEZ VASQUEZ, 1993). Depreende-se daí que a vida real, isto é, a vivência das coisas, o dia a dia, apresenta problemas práticos dos quais ninguém pode eximir-se. Os indivíduos, então, para solucionar tais conflitos, recorrem a normas, cumprem promessas, praticam atos, fazem juízos e até utilizam argumentos ou razões para justificar a decisão adotada ou os passos que foram dados.

Milênios depois das primeiras exposições de comportamentos prático-morais das sociedades ditas primitivas, o ser humano, com o olhar histórico, isto é, analisando o comportamento prático humano ao longo da história, está a refletir sobre ele: “os homens não só agem moralmente, mas também refletem sobre esse comportamento prático e o tomam por objeto de sua reflexão e de seu pensamento... dá-se a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral”, ou seja, a partir da análise da moral efetivamente vivida, surge o pensamento filosófico, “mais propriamente na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos” (SANCHEZ VASQUEZ, 1993).

### **O CAMPO DE ESTUDO DA ÉTICA E SUAS DEFINIÇÕES**

Os problemas éticos caracterizam-

se pela sua generalidade e isto os distingue dos problemas morais do dia-a-dia, que são os que se nos apresentam em circunstâncias concretas. Dito de outra forma, a ética trata de forma generalista, como uma teoria cuja função é explicar esclarecer ou investigar uma determinada realidade, criando os conceitos correspondentes: “a ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado, porém na sua totalidade, diversidade e variedade” (SANCHEZ VASQUEZ, 1993), existindo a partir da diversidade de morais ao longo do tempo com seus valores, princípios e normas respectivas, sem se identificar com nenhuma delas em particular, aproveitando-se das suas diferenças para investigar o princípio que permite compreendê-las em seu desenvolvimento.

Para Sanchez Vasquez (1993), a “ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade [...] é a ciência da moral”. A palavra ética vem do grego *ethos* e quer dizer costume, modo de agir (PASSOS, 2004). Segundo Alonso (1998), a ética é uma “reconstrução intelectual, organizada pela mente humana”. Sua função é avaliar os costumes, aceitando-os ou reprovando-os (SROUR, 2000).

De acordo com as definições acima, a ética teoriza a respeito do comportamento humano, analisando-o em suas morais ao longo da história, sem,

contudo, se identificar com um tipo ou época específicos. A ética trata, portanto, de questões generalistas que abordam o comportamento humano em seus mais variados afazeres e saberes através de métodos e princípios que lhe são próprios, através da teoria para, dessa forma, tornar-se ciência.

### **CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL, SUAS ORIGENS E A ESTRUTURA DE SEUS ATOS**

Sanchez Vasquez (1993) diz: “se por moral entendemos um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada, o seu significado, função e validade não podem deixar de variar historicamente nas diferentes sociedades”. Do mesmo modo que as sociedades se sucedem ao longo da história humana, as morais de cada período, concretas, efetivas, particulares – para determinada sociedade – se sucedem, perpetuando, assim, o ciclo de reconstrução das morais ao longo do tempo e acompanhando as mudanças sociais.

Por essa razão, é possível falar-se em moral da Antiguidade, da moral feudal – própria da Idade Média, da moral burguesa, etc., devido ao seu caráter histórico. Por esse motivo, a ética não pode conceber a moral como dada de uma vez para sempre, devendo considerá-la como de fato é, um aspecto da realidade humana em dado momento histórico-social.

A moral surge efetivamente quando o homem supera a sua natureza puramente natural, instintiva, e passa a possuir uma natureza social, derivada da convivência com os seres da sua comunidade. Ou seja, a moral só pode surgir quando o homem passa a ser membro de uma coletividade. A moral exige necessariamente que o homem esteja em relação com os demais e, além disso, que tenha certa consciência dessa relação, ainda que limitada e imprecisa que seja, para que possa ser possível comporta-se de acordo com as normas ou prescrições que governam a coletividade.

Levanta-se agora uma questão crucial no tocante ao surgimento da moral: que o homem tenha certa consciência de sua relação com os demais homens. O que vem a ser essa consciência? Não se fala aqui da consciência psicológica, aquela que permite ao ser humano a interiorização do mundo circundante, do espaço vital, do seu habitat, mas da consciência moral que é uma operação, uma função reflexiva da inteligência prática (ALONSO, 1998). Entende-se por inteligência prática, no dizer comum, inteligência para a ação, para a técnica, para empreender negócios ou atividades. Trata-se da inteligência que atua no campo da moral, um campo prático, o agir. “A ética, em seu núcleo mais fundamental, está integrada por um tripé: a consciência [...], a *sindérese* e a prudência” (ALONSO, 1998). A consciência moral, como juízo da

ação assenta-se sobre as duas, contudo é a *sindérese* a que está mais intimamente ligada ao agir humano.

A *sindérese* é uma função da inteligência prática, imprescindível à ação humana:

*Pode se definir [a *sindérese*] como a primeira operação da inteligência prática, que apreende o bem (ou mal) do que se vai fazer. O agir humano não é mero atuar neutro, mas um agir enervado pelo bem ou pelo mal. [...] A *sindérese* é um pressuposto da consciência, assim como a lei e seu conhecimento por parte do juiz são pressupostos do seu julgamento (ALONSO, 1998).*

É, portanto, o discernimento de algo que se irá fazer, faz ou fez. A *sindérese* manifesta a lei do bem, a regra e a medida de nossa vontade. Através dela se conhece a lei natural, sabe-se que se deve dar a cada um o que lhe é devido, que se deve fazer o bem devido a outrem e evitar o mal que lhe é nocivo (DIP, 1993; KELLER, 2006; MISSIO, 2005; SANCHEZ VASQUEZ, 1993).

De acordo com Sanchez Vasquez (1993), um ato moral é sempre ato sujeito à sanção dos demais e, por isso, passível de aprovação ou desaprovação, de acordo com as normas comumente aceitas. Ele demanda um motivo que é aquilo que impulsiona o agir humano e implica na aceitação ou consciência do fim visado. Essa consciência, por sua vez, demanda escolhas. Assim, o objeto da

escolha é algo que está em nosso alcance e este é desejado após a deliberação. O fim é aquilo que desejamos e o meio aquilo que deliberamos e escolhemos. Dessa forma, as ações devem concordar com a escolha e serem voluntárias. O exercício da virtude diz respeito aos meios, logo, a virtude está em poder de quem escolhe (LORENZETTI, 2003). O mesmo acontece com os vícios. A princípio os homens podiam escolher não se tornarem viciosos. Porém, por sua própria vontade e escolha, tornam-se assim. Então, já não é possível ser diferente.

O ato moral é uma totalidade ou unidade indissolúvel de diversos aspectos ou elementos (motivo, fim, meios, resultados e conseqüências objetivas), não podendo ser reduzido a um de seus elementos, pois está em todos eles, na sua unidade e em suas mútuas relações (SANCHEZ VASQUEZ, 1993).

## **DESENVOLVIMENTO MORAL E TRABALHO**

A atividade econômica de uma determinada sociedade compreende alguns fatores, dentre eles a produção de bens e/ou serviços, a mão de obra e a matéria prima, com o fim de satisfazer as necessidades humanas, tais como vestir-se, alimentar-se, morar, estudar e mesmo trabalhar. Por isso, o ser humano é considerado a condição *sine qua non* para a existência do trabalho. Ele é a força produtiva do trabalho e também o consu-

midor de sua produção e da de outros trabalhadores.

Desde os tempos mais antigos – quando a produção era reduzida e basicamente de uso pessoal, familiar ou de abrangência limitada à comunidade na qual estava inserida – aos tempos atuais de alta mecanização da produção e automação industrial, o ser humano mostra sua habilidade para desenvolver-se, associar-se e organizar-se para desfrutar, com seu trabalho, daquilo que a natureza tem para oferecer.

Para produzir, são estabelecidas relações no que diz respeito ao modo de participação na produção, isto é, a divisão social do trabalho, o tipo de propriedade (isto é, se ela é privada ou social) e ainda a relação através da qual é definida a maneira de distribuição da riqueza social. Este conjunto de relações foi definido por Marx como relações de produção e constitui a base econômica da sociedade. A economia, portanto, compreende a própria produção material, como as relações sociais que o ser humano contrai em função dela. O modo de produção de cada sociedade, pelas suas características histórico-sociais, é mutante em função das realidades de cada período histórico vivido pelos seus integrantes.

Como dito acima, em seu núcleo fundamental, a vida econômica existe e se desenvolve para e pelo ser humano. Os dois aspectos que permitem e asseguram a existência da economia são a força

produtiva através do homem e a força consumidora (isto é, o homem como destino da produção). Esses aspectos demandam e envolvem a existência humana que, por conseguinte, gera as relações sociais. A presença humana nas relações econômicas as faz ser objeto da moral, em face de seu desenvolvimento, ao longo da história, ter como seu objeto principal o próprio ser humano.

O homem, quando exerce atividade transformadora sobre a matéria, o faz de forma consciente; isso equivale a dizer que tal atividade fora concebida, planejada em todas as suas etapas e finalmente executada com o uso da força natural humana, bem como com o apoio de instrumentos que buscam a maximização da capacidade produtiva. Com a revolução industrial (1750), surgiu um agente transformador das relações de produção, que modificou a moral existente àquela época: a industrialização da produção. A transformação do ser humano em homem econômico (isto é, o homem como produtor, consumidor e suporte da produção) fez dele uma simples peça de um mecanismo ou de um sistema econômico, dependente da economia, mas buscando separar economia e moral (SANCHEZ VASQUEZ, 1993).

Contudo, essa separação não é possível de ser concretizada: “Mas a exclusão dos problemas morais do âmbito da vida econômica não é possível pela simples razão que na realidade não existe

tal 'homem econômico'; este é somente uma abstração por que não pode ser isolado do homem concreto, real” (SANCHEZ VASQUEZ, 1993). Por conseguinte, o modo como o operário trabalha o uso da máquina, a técnica e o tipo de relações sociais em que se efetuam a produção e o consumo não podem deixar de ter conseqüências para ele como homem real. O trabalho humaniza o homem pelo poder que ele tem de transformar a natureza em bens, em objetos que lhe são úteis. Na transformação prática da natureza externa ao homem pelo seu trabalho, é desenvolvida sua capacidade criadora que faz surgir um mundo novo de objetos, nos quais, concretizando seus fins e seus projetos, “imprime seu vestígio ou marca como ser humano” (SANCHEZ VASQUEZ, 1993).

*Por isso, no trabalho ao mesmo tempo em que humaniza a natureza externa, o homem humaniza a si mesmo, isto é, desenvolve e eleva as suas forças criadoras latentes. [...] Por ser uma atividade criadora, é algo valioso, mas o seu valor assenta-se antes de tudo, no seu poder de humanização. Daí seu valor moral (SANCHEZ VASQUEZ, 1993).*

Em tempos mais recentes, louva-se o trabalho laborioso e defende-se o trabalho como fonte de riqueza, sendo suas conseqüências consideradas boas para o desenvolvimento do ser humano. Há, entretanto, conseqüências negativas para o trabalhador, tais como miséria,

exploração, enfermidades, etc., embora estas sejam, às vezes, vistas como naturais e inevitáveis. O interesse pelo homem, nessa conjuntura, acontece enquanto “homem econômico”, gerador de lucro.

As condições descritas acima são características de uma economia na qual a produção não está a serviço do homem e sim do capital. Nela, o operário não vê no trabalho uma atividade verdadeiramente sua já que ela o empobrece material e espiritualmente. A mecanização da indústria introduziu a produção em série e a divisão do trabalho em várias parcelas, transformando-o em uma atividade impessoal, monótona, mecânica, cujo fim o ser humano desconhece. O trabalho passa a ser feito com a finalidade única de subsistência, perdendo assim seu conteúdo e seu poder de humanização e moralização do trabalhador. Essa realidade, que Sanchez Vasquez (1993) denominou de “perversão da essência do valor humano e moral do trabalho”, não irá desaparecer enquanto subsistir o motivo de sua alienação, ou seja, o trabalho para o capital. O trabalho só pode recuperar o seu verdadeiro valor quando ele não estiver intrinsecamente ligado à questão da sobrevivência.

## **ÉTICA, RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE) E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Do ponto de vista da produção, o

Brasil é um país rico, pois produz o suficiente para ser a décima quarta (14<sup>a</sup>) economia do planeta; entretanto, a riqueza nacional, ao invés de ser um instrumento de desenvolvimento e libertação do ser humano, o exclui da sociedade, deixando-o à margem do desenvolvimento. São cerca de 50 milhões de pessoas vivendo em situação de indigência (LEMOS *in* PASSOS, 2005). O fato de as empresas serem construções sociais (SANCHEZ VASQUEZ, 1993, VERGARA e BRANCO *apud* LEMOS *in* PASSOS, 2005), isto é, sujeito e objeto da realidade da qual fazem parte, facilita a identificação de sua participação na superação dos múltiplos problemas da sociedade.

É contraditória a lógica do capitalismo atual, que, sem considerar sua sobrevivência, busca através dos mecanismos modernos de produção e controle, concentrar a renda<sup>3</sup> em níveis mundiais, quando apenas cerca de 10% da população mundial detêm cerca de 90% da renda mundial, ou seja, infere-se, por analogia, que dos quase sete bilhões de seres humanos, apenas setecentos mil ficam com cerca de US\$ 51,3 trilhões, enquanto que 6,2 bilhões de pessoas ficam com

---

<sup>3</sup> Concentração de renda é o processo pelo qual a renda proveniente de lucro, salários ou outros rendimentos, convergem para uma mesma região ou grupo de pessoas. Normalmente essa medida é feita considerando-se quanto os 10% mais ricos ganham em relação aos 10% mais pobres.

US\$ 5,7 trilhões. Ou seja, a renda per capita dos mais ricos é de US\$ 75.470 enquanto a renda per capita dos mais pobres é de US\$ 931. A cada dólar que os mais pobres ganham, os mais ricos ganham US\$ 81 (Banco Mundial, nov.2005, SEI-BA Jun.2006).

A concentração de renda no Japão é de 4,23, nos EUA é de 15,57, na França 9,1, e no Brasil é de 85. A situação brasileira só é melhor que a de Serra Leoa e Lesoto..Mesmo sendo a décima quarta economia do mundo, o Brasil tem uma das piores distribuições de renda do planeta. A renda per capita média mundial é de US\$ 8.385 enquanto que a do Brasil é de US\$ 3.360, ou seja, está abaixo da média mundial. Citando apenas para fins de comparação, a renda per capita dos EUA e Japão, cada uma, é maior do que US\$ 35.000.

Não se busca aqui fazer uma apologia do socialismo, apenas mostram-se alguns dos vários problemas que o capitalismo cria para si próprio. Na medida em que se concentra a renda de um lado, na outra ponta faltará renda para o consumo. Por sua vez, esse consumo se dará via financiamento, com juros altos, concentrando ainda mais a renda nas mãos dos 10% mais ricos, reduzindo mais o poder de compra dos 10% mais pobres. Ou seja, o capitalismo atenta contra ele próprio. Não seria este o motivo pelo qual organismos mundiais de financiamento, tais como FMI, Banco Mundial emprestam

dinheiro aos países pobres ou em desenvolvimento? Enquanto criam condições para o consumo, aumentam suas riquezas. Da lógica atual apreende-se isso.

Por essas razões se diz que a adoção de medidas de caráter filantrópico não resolve a situação, aliás, insere os favorecidos pela filantropia ainda mais na mendicância. Mesmo tendo seu momento e sua utilidade como ação social pontual que é, não produzirá resultados satisfatórios. “Nos países desenvolvidos os pilares da responsabilidade social corporativa são os movimentos consumistas, ecologistas e anti-guerra; no Brasil, os nossos empresários encontram amplo espaço para crescimento nesses programas, em decorrência dos graves problemas sociais e econômicos do país” (LEMOS *in* PASSOS, 2005). Há uma distinção nítida entre responsabilidade social e investimento social: este último envolve repasse de recursos financeiros para creches, escolas, postos de saúde, etc. A responsabilidade social diz respeito às interações da empresa com seus *stakeholders*<sup>4</sup>, balizando através da aplicação da ética todas as atividades empresariais.

Da análise dos números apresentados acima (sobre PIB e renda per capita) e da forma como o capitalismo é encarado

---

<sup>4</sup> Significa toda a rede de pessoas internas e externas que interagem com a organização, tais como governo, comunidade, investidores, funcionários, etc.

no mundo, buscando sempre a maximização do lucro, falar em ética nos negócios e assunção de posicionamento responsável perante os *stakeholders*, pode soar como pueril e ingênuo, algo impossível de ser aplicado ao mundo agressivo dos negócios. Além disso, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) demanda aporte financeiro em outras rubricas que não o lucro. Contudo, mesmo através de uma análise superficial, é possível perceber que o investimento em RSE será revertido para os cofres da organização por diversas vias, isto é, através do aumento da motivação do empregado, através da fidelização de clientes, além de que, independente disso, tal organização estará fazendo de si mesma um veículo de transformação social e desenvolvimento humano.

Essa transformação social dar-se-á em duas frentes, atingindo os públicos interno e o externo. No âmbito interno o benefício é duplo e está relacionado à potencialidade que a empresa tem de contribuir efetivamente no desenvolvimento do ser humano, como no retorno que este traz para a organização. Considerando que, para a empresa existir, é necessário contar com pessoas dispostas ao trabalho e que este (o trabalho) é algo cuja valia assenta-se, antes de tudo, em seu poder de humanização, infere-se que as organizações têm potencial para humanizar as pessoas. É desse fato que advém o valor moral das empresas.

O segundo benefício está relacionado à aplicabilidade dos princípios morais apreendidos pelos empregados na organização, na sua prática trabalhista junto aos públicos internos e externos. Para se sustentar no mundo empresarial, o indivíduo deverá estar constantemente buscando a mudança transformadora, melhorando sua empregabilidade através do aperfeiçoamento contínuo (SANTOS *in* PASSOS, 2005). As empresas, por sua vez, passam por transformações e só estarão preparadas para sobreviver no mercado se conseguirem driblar as situações conflituosas, encontrando soluções internas para a resolução de seus dilemas.

A empresa é um organismo vivo. Contudo, seus problemas empresariais não são resolvidos por ela mesma, como estrutura física, mas pelos seus integrantes. Por essa razão, para buscar atender as demandas do mercado moderno, altamente mutante e competitivo, é preciso que as empresas tenham pessoas à altura dessas demandas como única forma de resolver satisfatoriamente seus dilemas. Percebe-se então, que o investimento na qualificação de pessoal nesse ambiente, será revertido para a própria organização. Essa abordagem poderá parecer utilitarista por considerar o retorno que o empregado poderá trazer para a organização, entretanto, o trabalho como fonte de humanização e conseqüentemente de desenvolvimento moral, estará

acima da visão do homem exclusivamente voltado para os fins empresariais. Por haver satisfação no local de trabalho, este será um ambiente onde se criam estruturas nas quais as parcerias humanas passam a florescer (MORRIS, 1998).

A busca da excelência empresarial se dá a partir da construção de quatro “pilares”, sobre os quais se assenta a essência humana (MORRIS, 1998). A Verdade representa a dimensão intelectual do trabalho; a Beleza representa a dimensão estética do trabalho e integra criatividade à vida humana; a Bondade constitui a dimensão moral e ética; e, por fim, a Unidade representa a dimensão espiritual do trabalho. Esses quatro “pilares” estão intimamente ligados à experiência humana, daí sua importância no ambiente empresarial.

Em um local de trabalho em que a verdade não seja respeitada, as pessoas também não o serão. A verdade é a essência da moralidade e o alicerce da confiança (MORRIS, 1998). Sem a bondade, por outro lado, os seres humanos perdem o vigor, enrijecem e morrem espiritualmente. Os funcionários que são bem tratados pelos superiores, também dispensarão tratamento semelhante aos pares, aos clientes, enfim, cria-se um ambiente acolhedor onde há respeito. Da mesma forma, a beleza do negócio está relacionada com a moral. O negócio é a arte do crescimento. Como o crescimento é a essência da vida, o negócio é a arte da

vida. Nos relacionamentos empresariais deve-se primeiro pensar nas pessoas para só então pensar nos negócios. Se esse for o caso, “os lucros virão superiores” (MORRIS, 1998).

A respeito de ser ou não ser ético nos negócios, pode-se dizer que **não ser ético** significa apontar para a auto-destruição. Devido à prevalência natural da reciprocidade, o outro ator envolvido na relação não ética, dispensará também tratamento não ético. Conseqüentemente, um ambiente onde o desrespeito e a falta de ética estejam “dando” as ordens, que fim poderá ter? Como será tratado o cliente que busque um serviço ou produto nesse local. Baseando-se na biologia, Morris (1998) sentencia: “os predadores têm sucesso no curto prazo, enquanto os cooperadores têm sucesso no longo prazo”.

Um princípio contábil (geralmente aceito no Brasil) trata especificamente sobre a continuidade da organização (CFC, 2005). Esse princípio fala explicitamente que os relacionamentos comerciais e pessoais devem concorrer para a perpetuidade. A dimensão espiritual do trabalho de Morris (1998) não aborda necessariamente algo explicitamente religioso, mas a dimensão espiritual que todo ser humano tem em suas vidas, independentemente da orientação religiosa que possua: batista, presbiteriana, adventista, católica, agnóstica ou atéia. A caverna de Platão<sup>5</sup> é abordada por ele como estímulo a que o

ser humano se liberte de suas “cavernas” porque “libertar-se das ilusões, apesar de ser sempre tarefa difícil, é o único caminho verdadeiro para encontrar significação”. Morris (1998) conclui que um dos grandes desafios de nossos tempos é “tirar” da caverna muitos de nossos líderes políticos e líderes de empresas que vivem aprisionados nela, ocupados, confundindo sombras com realidade. Essa confusão os impede de fazer as conexões cruciais necessárias para encontrar a saída para a resolução dos problemas pessoais e empresariais.

Por isso, a RSE demanda uso permanente da ética aplicada aos negócios, bem como o rompimento com

*Os modelos de humanismo que se contentam com boas intenções ou em praticar algumas ações virtuosas e investirem em ações que levem seus membros ao pensar, ao querer e ao agir, em função de cada uma delas apontar para a humanização, mas que só se concretiza na totalidade, uma vez que a essência humana revela-se no pensar, querer e agir (PASSOS, 2004).*

Srouf (2000) assim define as empresas éticas: “são aquelas que subordinam suas atividades e estratégias a uma

prévia ética e agem de forma socialmente responsável”. A empresa ética é aquela que conquistou o respeito, a confiança dos seus empregados, clientes, fornecedores, investidores e outros, estabelecendo um equilíbrio aceitável entre seus interesses econômicos e os interesses de todas as partes afetadas, quando toma decisões ou empreende ações (AGUILAR, 1996). Numa empresa ética todos devem ter o direito de falar, de expor suas idéias, de defender seus princípios e devem ser aceitos os argumentos que forem mais convincentes e não os provenientes de quem tenha mais poder e ocupe posições hierarquicamente superiores (PASSOS, 2004). Isso é responsabilidade de todos na estrutura organizacional. Nessa concepção, a RSE

*[...] pressupõe consciência e compromisso das empresas com mudanças sociais. Impõe que elas reconheçam sua obrigação não só com acionistas e clientes, mas também com a construção de uma sociedade mais justa, honesta e solidária, uma sociedade melhor para todos, assim, ela é uma prática moral. É uma prática orientada pela ética, que vai além das obrigações legais econômicas, rumo às sociais, respeitando-se a cultura e as necessidades e os desejos das pessoas (PASSOS, 2004).*

A empresa cidadã passa a agir na transformação do ambiente social, sem se ater aos resultados financeiros. A RSE internamente favorece o estabelecimento de um clima organizacional saudável,

---

<sup>5</sup> Esta é uma metáfora criada por Platão, em seu diálogo **A república**, segundo a qual os seres humanos ficavam presos, acorrentados dentro de uma caverna conhecendo o mundo externo apenas através das sombras projetadas dentro da caverna pelo que ocorria no mundo exterior.

benéfico, além de que ajuda na fixação de bons profissionais. Em âmbito externo, a RSE aumenta a credibilidade da organização, reduzindo demandas trabalhistas de ordem judicial, gerando confiança e fortalecendo a imagem e reputação da empresa.

Quando se iniciou o movimento de difusão da RSE no Brasil, em meados dos anos 80, algumas empresas, sem a devida consciência a respeito do tema e visando apenas melhorar a sua imagem no mercado, se arvoraram a difundir que eram organizações socialmente responsáveis, que buscavam condições ideais para a sobrevivência da vida humana, etc. Porém, a experiência trazida pelos anos seguintes (da década de 90 ao início do séc. XXI) permitiu que se distinguissem, com clareza, quais eram as organizações orientadas eticamente para o benefício da humanidade.

As ações de RSE efetivamente praticadas, claro, devem ser divulgadas, sobretudo pelo incentivo que elas criam nos outros empresários para o desenvolvimento e ampliação dessa realidade. Observa-se, porém, ao longo da história, que as empresas se utilizaram do tema da RSE para oferecer aos seus *stakeholders* uma imagem “maquiada” da sua realidade. Essa realidade demandou estudos de diversos pesquisadores (tais como MENDONÇA e GONÇALVES, 2004; PINTO e LARA, 2003) abordando o assunto do ponto de vista da divulgação das

ações de RSE. São, de fato, questões de essência ou de imagem apenas? A divulgação deve existir até mesmo para que a comunidade tome conhecimento do que está sendo feito pela organização em prol da comunidade. Por outro lado, sem dúvida, essa divulgação fidelizará clientes, atrairá outros novos e não há problema algum com isso. Depende apenas de uma simples questão: faz parte da essência da organização ser socialmente responsável ou não?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se, portanto, ao ponto em que se faz necessário recorrer aos assuntos iniciais deste estudo. As essências da ética e da moral estiveram sempre intrinsecamente ligadas ao ser humano, na verdade sempre existiram para e pelo ser humano. Espera-se que os assuntos abordados nesse trabalho contribuam para o desenvolvimento e ampliação do conhecimento a respeito de ética, moralidade, responsabilidade social empresarial e cidadania empresarial. Embora muito já tenha sido feito, há muito por fazer, especialmente aqui no Brasil, sobretudo na questão da justa distribuição de renda.

Não se busca aqui, necessariamente, a suplantação do capitalismo, mas apenas uma correta utilização de seus próprios mecanismos para contribuir para o desenvolvimento humano, diminuindo as desigualdades sociais através da correta aplicação dos conceitos elenca-

dos aqui, buscando fazer do ser humano o principal componente das organizações, colocando-o no seu devido lugar. Afinal de contas, a falta de centralidade da pessoa humana pode ser uma ameaça à própria existência do capitalismo.

A verdade é o alicerce da confiança e nada é mais importante para qualquer esforço nos negócios do que a confiança.

A confiança é absolutamente necessária para a atividade interpessoal realmente eficaz, e a moral é o solo no qual a alma pode crescer e florescer. Sem ela, os seres humanos perdem o vigor, enrijecem e morrem espiritualmente. A moralidade não é privação, negação e limitação artificial; pelo contrário, é viver tão bem quanto um ser humano é capaz de viver.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, F. J. **Ética nas empresas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- ALONSO, F. R. **Curso de ética em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.
- DIP, R. H. M. Sobre o saber registral. **RDI**, São Paulo, n. 31/32, Jan-Dez. 1993.
- KELLER, M. de M. **Notas para compreensão do conceito de sindérese**. Disponível em: <http://hottopos.com/mirand11/mauro.htm>. Acesso em: 16 jun. 2006.
- MENDONÇA, J. R. C. de; GONÇALVES, J. C. de S. Organização e sociedade. **Revista da Escola de Administração da UFBA**, Salvador, BA, v. 11, n. 29, p. 115-129, 2004.
- MENEGASSO, M. E. **O declínio do emprego e a ascensão da empregabilidade**: um protótipo para promover a empregabilidade na empresa pública do setor bancário. 1998. 285. Tese doutorado em Engenharia da Produção – UFSC, Florianópolis, 1998.
- MISSIO, E. **A dissimulação como virtude entre os jesuítas da contra-reforma**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a09/missio01.htm>. Acesso em 02 jun. 2006.
- MORRIS, Tom. **A nova alma do negócio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.
- \_\_\_\_\_ (Coord.). **Ensaio sobre ética e responsabilidade social**. Salvador: Eticars, 2005.
- PINTO, M. de R; LARA, J. E. A cidadania corporativa como uma orientação de marketing: um estudo no varejo. **RAE Eletrônica**, v. 44, Ed. Especial MG.
- RAMOS, A.G. Modelo de homem e teoria administrativa. **Revista de Administração Pública da FGV**, Rio de Janeiro, v.18, n. 2 p. 3-12, abr.-jun, 1984.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: [http://sei.ba.gov.br/index\\_PIB\\_outros\\_paises.php](http://sei.ba.gov.br/index_PIB_outros_paises.php). Acesso em 26 jun. 2006.
- VASQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.